

ACORDO-QUADRO

para Serviços de Consultoria e de Apoio (SCA)

entre

Evangelisches Werk für Diakonie und Entwicklung e. V.

für Brot für die Welt

Caroline-Michaelis-Straße 1

10115 Berlim

Alemanha

Número de identificação de IVA: DE147801862

- a partir de agora nomeada “Contratante” –

e

Nome:

Endereço:

Número de identificação de IVA ou número de identificação fiscal:

Telefone:

e-mail:

- a partir de agora nomeado(a) “Contratado” -

- a partir de agora em conjunto nomeados “Partes” -

celebram o seguinte contrato:

1. Objeto do contrato

Descrição do contrato:

Acordo-quadro para serviços de consultoria e apoio em Angola

Em todas as correspondências, sempre indicar o número de referência deste contrato, localizado ao lado:

As seções deste contrato têm a seguinte prioridade:

- os documentos para a licitação, principalmente a descrição dos serviços e as condições de pagamento, incluindo as informações para licitantes do processo de licitação e se for o caso, as atas das discussões/negociações dos proponentes no processo de adjudicação
- este acordo-quadro
- os Requisitos e Princípios Organizacionais para a Proteção de Dados (Anexo 6)
- - o Código de Conduta da Evangelisches Werk für Diakonie und Entwicklung e.V. (Anexo 7)
- a proposta do Contratado de
- os termos oficiais de contrato para adjudicação de contratos de serviço (VOL/B)

- o Código Civil Alemão (BGB)

Os documentos, actas ou outra correspondência relacionados com a celebração do presente contrato não enumerados no ponto 1, incluindo as condições de entrega, de contrato e de pagamento, bem como outras condições gerais do adjudicatário, não fazem parte do contrato. O mesmo se aplica na medida em que a proposta contenha condições que se afastem das especificações dos documentos do concurso.

2. Vigência dos serviços

A vigência do acordo-quadro inicia-se com a adjudicação do contrato e termina em **30 de junho de 2029**.

Ambas as partes contratantes têm o direito de rescindir o acordo-quadro com efeitos a partir de **30 de junho de 2027**.

A rescisão deve ser recebida por escrito pelo Contratado ou pelo Contratante até **31 de março de 2027**.

O Contratante pode requerer uma prorrogação do acordo-quadro de até 12 meses, para além do prazo final definido no referido acordo. A opção para a prorrogação deve ser recebida pelo Contratado por escrito, até **31 de março de 2029**.

A duração dos contratos anuais pode exceder a vigência do acordo-quadro, caso o contrato anual tenha sido celebrado num prazo inferior a 12 meses antes do término do acordo-quadro.

3. Escopo dos serviços e serviços individuais

3.1 Com base neste acordo-quadro, são firmados contratos individuais geralmente para o período de um ano entre Contratante e Contratado. Em até dois meses antes do início do contrato anual, o Contratado elabora um rascunho de um resumo do planeamento para o contrato anual, de acordo com o modelo incluído no **anexo 1**, a partir do qual se origina a demanda prevista para o contrato anual. O contratante elabora o rascunho do resumo do planeamento para o primeiro contrato anual em conformidade com este acordo-quadro. Com base nesse rascunho e em coordenação com o Contratado, o Contratante elabora um resumo do planeamento, o qual é a base para o contrato anual. A celebração do contrato anual para o respectivo ano pelo Contratante ocorre quatro semanas antes do início do contrato anual, com base no resumo de planeamento do Contratante, via comunicação escrita para o Contratado, em conformidade com o modelo incluso no **anexo 2**. As determinações deste acordo-quadro são válidas para cada contrato anual.

3.2 O Contratado não tem qualquer direito à celebração de um contrato anual no qual se define um volume específico de dias.

3.3 O objeto do contrato anual (anexo 2) é uma estimativa de montantes máximos de remuneração e de reembolso de despesas.

3.4 O tempo necessário máximo definido no resumo do planeamento para o contrato anual pode ser excedido apenas após uma consulta prévia por escrito junto ao Contratante. Uma remuneração pelos serviços, que excedam o tempo total necessário definido no contrato anual para todas as organizações parceiras, ocorre apenas com confirmação expressa por escrito pelo Contratante, com base na cláusula 3.5 deste acordo-quadro.

3.5 Os custos máximos a serem reembolsados, definidos no contrato anual (anexo 2), podem ser excedidos apenas com uma consulta prévia por escrito junto ao Contratante. Um reembolso dos custos, que excedam os custos totais necessários definidos no resumo de planeamento para todas as organizações parceiras, ocorre apenas com confirmação expressa por escrito pelo Contratante, com base na cláusula 3.5 deste acordo-quadro.

3.6 Os serviços e custos a serem reembolsados fora do objeto da encomenda especificado na síntese do planeamento e fora do prazo do contrato individual só serão remunerados ou

reembolsados se houver um acordo expresso entre o Contratante e o Contratado em forma de texto com referência a este regulamento.

4. Remuneração, pagamentos, conta bancária

4.1 O Contratado recebe a remuneração oferecida para os serviços realmente prestados. Os preços acordados são válidos durante todo o período contratual do acordo-quadro. A remuneração acordada cobre todos os custos e custos acessórios. Está excluído um reajuste da remuneração em caso de aumento dos custos.

4.2 Para a liquidação da remuneração e do reembolso de despesas e as modalidades de pagamento, são válidas as “Condições de pagamento” que fazem parte deste acordo e estão incluídas no **anexo 3**.

4.3 Conta bancária

O Contratante realiza os pagamentos na seguinte conta do Contratado:

Titular da conta:

Número da conta:

IBAN:

BIC (Código SWIFT):

Nome e endereço do banco:

5. Direito de uso

5.1 Os resultados obtidos no trabalho ou outros produtos do Contratado definidas para publicação são propriedade do Contratante.

5.2 Se couberem direitos autorais legais para o Contratado, o Contratado concede para o Contratante um direito de uso não exclusivo ilimitado em termos de tempo e espaço, principalmente para reprodução, divulgação e publicação dos trabalhos. Isto inclui o direito de apresentação dos trabalhos na internet.

5.3 Esta concessão de direitos é compensada com o pagamento da remuneração acordada, conforme o ponto 2 deste acordo.

6. Prestação de serviços, problemas nos serviços, rescisão

6.1 O Contratado é obrigado a prestar os serviços de forma profissional, assumindo responsabilidade total, e por conta e risco próprios. O contratado é obrigado a manter a habilitação comprovada no processo de licitação durante todo o período da contratação e comprová-la, sempre que solicitado.

6.2 O Contratado assegura que dispõe do pessoal fiável e competente em quantidade suficiente para a prestação dos serviços. O Contratado garante a continuidade e a presença de um responsável pelo projeto como pessoa de contato para cada uma das organizações parceiras. O Contratado assegura estar disponível para contato telefônico ou via e-mail durante o horário comercial usual do país/da região correspondente. Ele utiliza formatos de arquivos usuais para a comunicação com o Contratante e as organizações parceiras.

6.3 Os consultores devem corresponder à fiabilidade, à competência e às qualificações exigidas e comprovadas no processo de adjudicação. Em caso de substituição de consultores, este facto deve ser comunicado ao Contratante antes da substituição e, ao mesmo tempo, deve ser apresentada prova de que o novo consultor preenche estes requisitos. Caso contrário, o Contratante pode objetar à utilização do novo consultor num prazo de 4 semanas.

6.4 O Contratado é unicamente responsável pelo cumprimento das obrigações relativas às leis de trabalho e seguros, associações profissionais e policiais, inclusive em relação ao pessoal empregado.

6.5 O Contratado assegura que o pessoal empregado tem um comportamento adequado junto às organizações parceiras. Tanto o Contratado como o seu pessoal estão proibidos de celebrarem por conta própria acordos não autorizados com as organizações parceiras. O Contratado não pode receber nenhum pagamento ou qualquer outra compensação das organizações parceiras, principalmente para os serviços relativos a este acordo. Os colaboradores, em relação aos quais é possível comprovar uma violação desta proibição, não devem mais ser empregados pelo Contratante para a prestação de serviços.

6.6 A contratação de subcontratados não nomeados pelo Contratado antes da adjudicação do contrato só deve ocorrer com autorização prévia por escrito do Contratante. Os subcontratados devem ter a elegibilidade necessária, da mesma forma que o Contratado. O pedido do Contratado para a concessão de autorização deve ser feito por escrito, adicionando-se os comprovantes necessários e no devido tempo, para que seja possível que o Contratante faça uma verificação das informações e dos comprovantes (ou seja, o Contratante deve ter acesso à documentação completa pelo menos 4 semanas antes da previsão da cessão). O Contratado deve monitorar a atuação do subcontratado como garantia de que os serviços sejam prestados de forma adequada pelo subcontratado e assegurar que as obrigações mencionadas neste acordo também sejam cumpridas pelo subcontratado.

6.7 O Contratado se compromete a abster-se de qualquer atividade junto a terceiros (inclusive as organizações parceiras), sempre que exista a possibilidade de um conflito de interesses entre os interesses do Contratante e de terceiros.

6.8 Caso haja atraso nos serviços em relação ao disposto neste acordo, por razões que possam ser justificadas pelo Contratado, quaisquer custos adicionais que venham a surgir, bem como taxas por transferências ou cancelamentos, serão assumidos pelo Contratado.

6.9 Se o Contratado não puder executar os serviços em sua totalidade ou apenas parcialmente, devido a circunstâncias que não podem ser justificadas pelo Contratado nem pela organização parceira (por exemplo, catástrofes naturais, pandemias, condições de segurança do país de domicílio), não se aplica o direito a indenização. Os serviços anteriormente já prestados, na medida em que foram tomados pelo Contratante, serão faturados de acordo com os preços informados no contrato ou proporcionalmente em relação a parte executada do total dos serviços contratados prestados. Valores eventualmente pagos em excesso devem ser restituídos ao Contratante no prazo de quatro semanas.

6.10 O acordo e cada um dos contratos individuais anuais podem ser rescindidos sem o cumprimento de aviso prévio, no caso da existência de motivos graves, por parte

a) do Contratante, principalmente

1. se o Contratado não cumprir com as obrigações principais, mesmo recebendo duas advertências do Contratante em relação à mesma obrigação. As advertências devem ser feitas por escrito, e deve haver um período de duas semanas entre elas
2. se o Contratante empregar consultores que não preencham os requisitos de fiabilidade, competência e qualificação exigidos e comprovados no processo de adjudicação e se o Contratado, apesar de uma objeção do Contratante nos termos do ponto 6.3, não empregar um consultor que preencha os requisitos de fiabilidade, competência e qualificação exigidos e comprovados no processo de adjudicação no prazo de duas semanas.
3. se, na licitação, o Contratado tiver participado de um acordo restritivo da concorrência não permitido pela legislação contra acordos restritivos da concorrência ou
4. se o comportamento do Contratado ameaçar prejudicar a imagem e a reputação do Contratante
5. se a triagem da lista de sanções (1.17 Condições de aplicação), efectuada regularmente pelo Contratante durante a vigência do contrato, revelar que o Contratado ou as pessoas que trabalham para o Contratado numa posição de responsabilidade estão incluídos nas listas de sanções.

b) do Contratado, principalmente

1. se o Contratante não cumprir com as suas obrigações, mesmo recebendo duas advertências do Contratado em relação à mesma obrigação. As advertências devem ser feitas por escrito,

e deve haver um período mínimo de duas semanas entre elas

2. se o Contratante estiver com uma obrigação de pagamento em atraso por mais de dois meses, mesmo após o segundo aviso

c) de ambas as Partes, principalmente se houver força maior, cujo efeito faça com que a manutenção do acordo a longo prazo, conforme critério equitativo de uma das duas partes, não possa ser cumprida, ou devido a outro motivo importante. A rescisão deve ocorrer por escrito. Se uma rescisão for ocasionada por uma conduta culposa, contrária às disposições do contrato, de uma das Partes, essa Parte é obrigada a indenizar o dano causado pela dissolução do acordo.

7. Responsabilidade

7.1 Salvo disposição diferente a o que se segue, excluem-se os direitos do Contratado de ressarcimento de danos em relação ao Contratante. Pelo presente acordo, excluem-se os direitos de ressarcimento de danos em relação a riscos à vida, a integridade física ou à saúde, se o Contratante é responsável pelo descumprimento das obrigações, e por outros danos, que estejam baseados em um descumprimento intencionado das obrigações ou negligência grave junto ao Contratante.

7.2 Este acordo não autoriza o Contratado a comprometer o Contratante em relação a terceiros. O Contratado libera o Contratante da responsabilidade em relação a terceiros quanto a qualquer tipo de dano oriundo da execução dos serviços, cuja origem é de responsabilidade do Contratado. Nos termos do contrato, para a execução destes serviços com terceiros, o Contratado se compromete a celebrar acordos onde é excluída a responsabilidade do Contratante, com exceção da responsabilidade por danos causados por conduta culposa, devido a riscos à vida, a integridade física ou à saúde de uma pessoa, desde que não tenha ocorrido intenção ou negligência grave por parte do Contratante. Além disso, se for o caso, deve-se garantir que os compromissos formulados neste acordo também serão considerados em contratos com terceiros.

7.3 Estão excluídas outras reivindicações do Contratado por qualquer motivo legal (principalmente reivindicações por incumprimento de obrigações contratuais principais e secundárias, reembolso de despesas incorridas, atos ilícitos e outra responsabilidade extracontratual); isto é válido especialmente para reivindicações derivadas de danos consequentes, como para reivindicações de compensação por perda de receita. Isto não é válido se o Contratante tiver infringido uma obrigação contratual importante (obrigação fundamental) ou se o Contratante, seu representante legal ou agente direto sejam culpados de negligência ou uma intencionalidade grave. Obrigações contratuais importantes são aquelas que protegem a situação jurídica contratual do Contratado, as quais o acordo deve conceder ao mesmo em conformidade com seu conteúdo e finalidade; são também obrigações contratuais importantes aquelas que possibilitam a execução adequada do acordo, e cujo cumprimento o Contratado confia regularmente.

7.4 Caso seja de responsabilidade do Contratante por quebra no cumprimento das obrigações contratuais importantes, o ressarcimento dos danos está limitado à indenização previsível e típica do contrato.

8. Cobertura pelo seguro

8.1 Durante o período do acordo-quadro e dos contratos anuais o contratado é obrigado a obter um seguro adequado de acordo com a legislação e as práticas do respectivo país.

8.2 O Contratado é o responsável por uma cobertura adequada de seguro de seus colaboradores e equipe técnica, como também por uma cobertura de seguro suficiente para a execução de eventos.

8.3 O Contratante não se responsabiliza por eventuais danos, resultantes da inobservância por parte do Contratado dos regulamentos anteriormente mencionados.

9. Dever de diligência e discrição/proteção de dados

9.1 O Contratado é responsável por manter sigilo de toda informação a qual tomou conhecimento no âmbito da celebração deste acordo ou a qual terá conhecimento, principalmente no que se refere a assuntos comerciais, operacionais e oficiais do Contratante e das organizações parceiras, inclusive após o término deste acordo, bem como utilizar tais conhecimentos apenas para a execução do presente acordo. O Contratado armazenará com cuidado a documentação recebida durante a vigência do contrato e a protegerá contra a inspeção por parte de pessoas não autorizadas e, se solicitado, devolverá a documentação após o término deste acordo. Isto também se aplicará para a documentação elaborada pelo Contratado ou pelo Contratante para o cumprimento deste acordo e no decurso de sua execução. Todas as mídias de armazenamento de dados cedidas pelo Contratante devem ser devolvidas. Ao término do contrato, todos os dados armazenados serão apagados, a menos que uma obrigação para a conservação dos dados tenha sido expressamente acordada.

9.2 O contratado segue as regulamentações aplicáveis relativas à proteção de dados. O contratado assegura tratar dados pessoais de acordo com os "Requisitos organizacionais e princípios em matéria de proteção de dados" referidos no **anexo 7**.

10 Princípios e Código de Conduta

10.1 A prestação de serviços deve ser realizada tendo em conta a igualdade de gênero, o impacto e a orientação para o grupo-alvo, bem como critérios de sustentabilidade.

10.2 O Contratado reconhece os princípios fundamentais do "Código de Conduta da Evangelisches Werk für Diakonie und Entwicklung e.V." (ver Anexo 5, pontos 4. - 8.) como princípios orientadores das suas actividades.

10.3 O Contratado compromete-se a abster-se de qualquer atividade para terceiros (incluindo organizações parceiras) em que surja a possibilidade de um conflito de interesses entre os interesses do Contratante e do terceiro.

11. Pessoa para contato, informações e relatórios

11.1 As Partes nomeiam mutuamente pessoas de contato, que serão responsáveis pela recepção e apresentação de declarações durante esta relação contratual.

11.2 O Contratado tem o dever de informar e fornecer todas as informações ao Contratante sobre todos os assuntos relacionados a este contrato, com exceção de segredos comerciais e operacionais do Contratado. Por exemplo, o Contratado deve informar o Contratante caso haja mudança em relação às pessoas de contato, dados de contato ou endereços das organizações parceiras. Em caso de solicitação do Contratante, o Contratado deve fornecer imediatamente todas as informações relacionadas à execução do contrato e conceder ao Contratante acesso a todos os documentos (inclusive eletrônicos) relacionados à execução do contrato. O Contratante pode exercer o direito de informação e controle derivado deste contrato para usar o apoio

de terceiros, que são responsáveis pela confidencialidade.

11.3 O Contratante pode solicitar ao Contratado a entrega de relatórios. O Contratante tem o direito de especificar determinados formatos e modelos para o efeito e de os adaptar durante a vigência do contrato, se necessário. No momento da celebração do contrato, está prevista a entrega de pelo menos os seguintes relatórios durante a vigência do contrato:

1. quatro semanas após a conclusão da prestação do contrato anual, o relatório narrativo anual elaborado de acordo com o modelo incluso no **anexo 4**
2. até dois meses antes de um contrato anual, conforme ponto 3.1 frase 2, um rascunho do resumo do planejamento, o qual servirá como base para o resumo de planejamento a ser elaborado pelo Contratante, de acordo com a cláusula 3.1 norma 5 para o contrato anual
3. durante a execução de um contrato individual anual, juntamente com a fatura, o estado atual da síntese de planejamento com os detalhes para o período de faturação

O contratante verifica os relatórios e os documentos e notifica o contratado sobre quaisquer alterações em um prazo de até quatro semanas

11.4 Em relação ao monitoramento das medidas de consultoria e capacitação, à elaboração do relatório sobre os serviços prestados e os resultados atingidos, poderão ser celebrados outros acordos pormenorizados entre Contratante e Contratado, quando da adjudicação dos contratos anuais, garantindo assim a transparência e assegurando a qualidade das medidas executadas.

11.5 O ponto 1.2 das condições de pagamento aplica-se à auditoria das facturas, incluindo a lista de facturas elaborada por um auditor, que deve respeitar o formato previsto na norma internacional sobre serviços conexos (ISRS) 4.400 (anexo 5).

11.6 O idioma para a negociação de todos os procedimentos e transações resultantes deste acordo é o português.

12. Alterações do acordo, legislação aplicável e foro competente

12.1 Alterações ou complementações para este acordo devem ser feitas por escrito para que tenham validade legal.

12.2 Caso determinadas disposições do contrato não tenham efeito, a eficácia dos regulamentos usuais permanecerá inalterada.

12.3 Se, para além da versão alemã, forem elaboradas versões dos documentos contratuais noutras línguas, apenas a versão alemã do acordo-quadro, incluindo os seus componentes e os contratos individuais, tem autoridade e é vinculativa.

12.4 Neste presente acordo, aplica-se a legislação alemã. Não são aplicáveis as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Para a interpretação jurídica deste acordo, o idioma contratual é o alemão. Ambas as Partes reconhecem explicitamente a jurisdição da República Federal da Alemanha como competente. O local de cumprimento e o foro competente é Berlim.

Para o Contratante:	
Local e data:	Nome e Assinatura:
Local e data:	Nome e Assinatura:

Para o Contratado	
Local e data:	Nome e Assinatura:
Local e data:	Nome e Assinatura:

Anexos:

Anexo 1: Modelo de Planilha de planejamento e monitoramento

Anexo 2: Modelo de Contrato individual anual

Anexo 3: Condições de pagamento

Anexo 4: Modelo de Relatório narrativo anual

Anexo 5: Modelo de contrato de auditoria segundo a norma ISRS 4400

Anexo 6: Requisitos organizacionais e princípios em matéria de proteção de dados

Anexo 7: Código de Conduta da Organização Protestante para a Diakonie e o Desenvolvimento

Responsabilidade da EWDE para este contrato:	
Unidade de trabalho:	
Pessoa de contato:	
Telefone:	
e-mail:	